

Analise dos desvios do Plano de Ajustamento  
Financeiro – 1º Semestre de 2015



**Portimão**  
Câmara Municipal

## **Análise dos desvios ocorridos ao Plano de Ajustamento Financeiro – 1º Semestre de 2015**

O primeiro semestre de 2015, ficou marcado pelo respetivo processo negocial com a Comissão Executiva do FAM, à candidatura do Município de Portimão ao Fundo de Apoio Municipal.

Refira-se que este instrumento financeiro suporta fundamentalmente um conjunto de obrigações assumidas e transitadas que estão refletidas nos montantes de dotação orçamental, de cabimentos e de compromissos do presente exercício económico.

Contudo, e tendo em conta que o PAM – Programa de Apoio Municipal se encontra em fase de negociação, a análise será baseada no Plano de Ajustamento Financeiro em vigor no Município de Portimão.

Pretende-se com este relatório, efetuar uma breve análise aos desvios das medidas e valores previstos em sede de Plano de Ajustamento Financeiro, contrapondo com os montantes efetivamente aplicados, recebidos e despendidos no primeiro semestre de 2015.

Da análise dos desvios aos principais mapas do Plano de Ajustamento Financeiro, a não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e reequilíbrio financeiro foi o principal motivo para o registo dos elevados desvios, como será analisado seguidamente.

## **QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO**

De acordo com o disposto na legislação do PAEL, o Plano de Ajustamento Financeiro em vigor no Município terá, obrigatoriamente de ser monitorizado, no 1.º e 2.º semestre do ano económico.

Desta feita, proceder-se-á a uma análise dos desvios (positivos e negativos), do Quadro I – Síntese da Situação Financeira Atual e Previsões de Evolução, anexo ao Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Portimão atualmente em vigor.

Esta análise será feita pelas rubricas definidas no quadro I e teve em linha de conta a utilização do critério semestral, isto é, no valor previsto para cada rubrica em sede do PAF foi dividido por dois, repartindo por cada semestre.

### **Receita efetiva**

No 1º semestre de 2015, a Receita Corrente (A3.1.), registou um desvio negativo na ordem dos 6 milhões de euros (-22%), relativamente ao valor estimado no Plano de Ajustamento Financeiro.

Este desvio, ocorreu essencialmente na cobrança de menos 4,1 milhões de euros (-28,4%) de IMI, na arrecadação de menos, 843,1 mil euros (-23,3%) de IMT e de menos 567,9 mil euros (-78,3%), nas receitas de Taxas e Licenças, de menos 425 mil euros de Derrama, Venda de Bens e Serviços.

Por seu lado, na Receita de capital s/ ativos e passivos financ. (A3.2.), registou-se um desvio negativo de cerca de 428.723,90€ (-42%), relativamente ao valor estimado no PAF.

A receita recebida foi inferior à receita prevista fundamentalmente nas Transferências de Capital para o Município de Portimão.

Recorde-se que esta receita estava diretamente relacionada com a operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e do reequilíbrio financeiro.

Por ultimo, nas rubricas da receita relacionadas com a *Venda de bens de investimento* (A3.2.1.), também se verificou um desvio negativo na ordem dos 380.806,68€ (-98%), relativamente ao valor estimado no PAF.

### **Despesa efetiva**

Relativamente ao comportamento das despesas Correntes (A4.1.), verificou-se um desvio positivo na ordem dos 4,4 milhões de euros (+23%), relativamente ao valor estimado no PAF.

A despesa real foi superior à despesa prevista, consequência da liquidação da conta corrente a fornecedores, isto é, apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu, através de fundos próprios (aplicação das medidas previstas para a receita), realizar pagamentos de faturas em atraso.

Por seu lado, os Juros (A4.1.1.), registaram um desvio inferior em 1,3 milhões de euros (-39%), relativamente ao valor estimado no PAF, motivado pela não operacionalização dos empréstimos anteriormente referidos, mas também pela melhoria/redução das taxas de juro aplicadas pelas instituições financeiras.

De facto, e relativamente aos juros previstos para o PAEL, o desvio foi inferior em 1,5 milhões de euros (-100%), relativamente ao valor estimado no PAF. Não foi efetuada qualquer despesa em relação ao previsto, uma vez que não se concretizou o empréstimo no âmbito do PAEL.

Por seu lado, os juros resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo, registaram um desvio negativo de 1,8 milhões de euros (-97%), relativamente ao valor estimado no PAF.

A despesa real foi inferior à despesa prevista também pela não realização dos empréstimos no âmbito do Reequilíbrio Financeiro, sendo que os restantes planos de amortização estão a ser empolados.

Para os juros resultantes de endividamento de curto prazo não foi feita qualquer previsão no âmbito do PAF, no entanto foram contabilizados juros nesta rubrica na ordem dos 2 milhões de euros.

Já no que se refere às despesas com pessoal (A4.1.2.), o desvio positivo foi na ordem dos 162.550,03€ (+2%), relativamente ao valor estimado no PAF.

Este desvio foi essencialmente consequência do processo de internalização das entidades da Portimão Urbis no Município. Importa sublinhar que os efeitos da internalização não estava previsto no PAF.

Relativamente às Despesas de capital s/ ativos e passivos financ. (A4.2.), verificou-se um desvio positivo em 2.098.554,88€ (704%), relativamente ao valor estimado no PAF. Este montante diz respeito à subscrição de unidades de participação por parte do Município no capital do FAM.

Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu, através de fundos próprios (aplicação das medidas previstas para a receita), realizar pagamentos de faturas em atraso.

## **Ativos financeiros líquidos de amortizações**

Da análise das Receitas de ativos financeiros (A7.1.), verificou-se um desvio positivo em cerca de 4,1 milhões de euros (11289%), relativamente ao valor estimado no PAF para 2015.

De facto, no 1º semestre de 2015, verificou-se uma transferência no valor de 4.141.954€ referente à redução do capital social da EMARP E.M. Importa relembrar que esta transferência estava prevista no PAF para o ano de 2014.

Relativamente às despesas de ativos financeiros (A7.2.), registou-se um desvio superior em cerca de 189,8 mil euros, face ao previsto no PAF. Este montante diz respeito à subscrição de unidades de participação por parte do Município no capital do FAM.

Este desvio teve essencialmente a haver com a necessidade de cobertura de resultados líquidos negativos antes de impostos das Empresas do Sector Empresarial Local, não previsto no PAF.

## Passivos financeiros líquidos de amortizações

Este capítulo tem essencialmente haver com o pagamento das prestações de capital relativo aos empréstimos de médio e longo prazo.

Desta feita, a despesas de passivos financeiros (A8.2.), registou um desvio negativo de 2,6 milhões de euros (-73%), relativamente ao valor estimado no PAF.

A despesa real foi inferior à despesa prevista, motivada fundamentalmente pela não operacionalização dos empréstimos do PAEL.

Relativamente à amortização dos restantes empréstimos de médio e longo prazo, o Município cumpriu os planos de amortizações previstos.

Já no que respeita às amortizações resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo, registou-se um desvio negativo de cerca 685.008,09€ (-42%), relativamente ao valor estimado no PAF. Não foi realizada qualquer despesa relativa aos empréstimos de Reequilíbrio Financeiro.

Em jeito de conclusão, a Receita Total (A9), registou um desvio negativo de cerca de 2 milhões de euros (-7%), relativamente ao estimado pelo PAF, que, pode ser explicado pelo efeito de no 1º semestre do ano apenas se recebe 1/3 da receita de IMI (principal receita do Município) na análise efetuada neste relatório o valor anual previsto de IMI no PAF está a ser dividido por dois (metodologia semestral).

Por seu lado, a despesa Total (A10), registou um desvio positivo em 4,1 milhões de euros (+18%), relativamente ao valor estimado no PAF. Este desvio tem essencialmente duas explicações. A primeira é que no PAF estava previsto que a dívida tinha sido totalmente paga em 2014, situação que não aconteceu pela não operacionalização da dívida e a segunda é que apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu, através de fundos próprios (aplicação das medidas previstas para a receita), realizar pagamentos de faturas em atraso

## **QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO**

Com a análise deste quadro, pretende-se averiguar a implementação das medidas quer do lado da receita, quer do lado da despesa constantes no Plano de Ajustamento Financeiro em vigor no Município de Portimão.

Para tal, serão analisadas a implementação das medidas e os seus reais impactos, na execução orçamental do Município, identificando-se os eventuais desvios.

Importa referir e uma vez que estamos a analisar o primeiro semestre de 2015 e que para a análise dos mapas foi considerado o montante previsto para os impactos anuais dividido por dois (critério semestral).

Por último, informa-se que se junta em anexo uma tabela com as deliberações tomadas pelos órgãos Municipais relativamente às dívidas previstas no PAF.

### **Medidas do lado da Receita**

#### **Fixação das taxas máximas do Imposto Municipal sobre Imóveis**

A aplicação das taxas máximas de IMI, foi uma das medidas previstas no Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Portimão, em vigor desde 7 de Março de 2013.

A Assembleia Municipal de Portimão, aprovou na sua reunião de 22 de Setembro de 2014, sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos reavaliados e prédios urbanos não reavaliados, as taxas máximas de IMI de, respetivamente, 0,5% e 0,8%, conforme o disposto no articulado do PAEL e no Plano de Ajustamento Financeiro.

Acresce, que em sede de candidatura no PAEL, estava previsto para o ano de 2015, um acréscimo na receita de IMI de cerca de 13,1 milhões de euros anual (6,5 milhões de euros no semestre), face ao ano anterior, conforme espelhado no quadro II da Candidatura ao PAEL.

Da análise à arrecadação de IMI no primeiro semestre de 2015, registou-se uma variação positiva de cerca de 588,1 mil euros (6%) comparativamente ao período homólogo de 2014.

Neste sentido, verificou-se um desvio global significativo de 5,9 milhões de euros face ao previsto para esta medida (6,5 milhões de euros - 588,1 mil euros do desvio homólogo).

Importa no entanto referir, que aquando da elaboração do PAF a arrecadação de IMI era feita em 2 tranches (Maio e Novembro), hoje, são 3 (Maio, Agosto e Dezembro), pelo que a análise efetuada ao 1º semestre de 2015, apenas contém 1/3 do valor arrecadado do IMI.

#### **Fixação na taxa máxima da derrama**

Foi deliberado pela Assembleia Municipal de Portimão, em reunião ordinária realizada em 22 de Setembro de 2014, lançar a taxa máxima da derrama em 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento, uma vez que o Município se encontra obrigatoriamente vinculado ao cumprimento

da Lei n.º 43/2012, de 28/8, diploma que criou o PAEL e do DL 38/2008, de 7/3, sobre os Regimes jurídicos do saneamento financeiro e do reequilíbrio financeiro municipal, o que na prática implica a obrigatoriedade de os impostos municipais serem estipulados pelas suas taxas máximas.

O Município de Portimão procedeu, em 2013, à introdução da cobrança da Derrama à taxa máxima, com consequente início de cobrança em 2014.

Ficou inscrito no PAF para esta medida um acréscimo de receita em cerca de 527,8 mil euros para o primeiro semestre do ano corrente, relativamente ao mesmo período do ano de 2015.

No entanto, o valor executado em sede de Derrama neste primeiro semestre registou 102,9 mil euros. Assim, apurou-se um desvio superior relativamente ao primeiro semestre de 2014 de cerca de 25,1 mil euros (+32%), uma vez que o valor apurado no 1º semestre de 2014 foi de 77,8 mil euros.

Apesar de não se ter atingido o valor previsto de receita adicional de 527,8 mil euros, foi superado o valor de receita de 2014, ficando por registar na globalidade, 502,7 mil euros (527,8 mil euros – 25,1 mil euros) de receita para atingir o objetivo estipulado no PAF (-95%).

Importa no entanto referir que o impacto financeiro da Derrama é essencialmente no 2º semestre do ano.

### **Fixação nas taxas máximas da participação no IRS**

Como já anteriormente referido, o Município de Portimão terá obrigatoriamente que cumprir o disposto no diploma do PAEL, no Regime Jurídico do saneamento financeiro e do reequilíbrio financeiro municipal e ainda no PAF. Neste sentido, a Assembleia Municipal de Portimão deliberou não prescindir da participação variável de IRS para o ano de 2015.

Em sede da candidatura no PAEL, não foi previsto qualquer impacto adicional.

No entanto, importa referir que, o valor desta receita no primeiro semestre do ano corrente, superou o valor do período homólogo de 2014, registando-se um desvio positivo de 292,5 mil euros (+40%).

### **Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários**

De acordo com a deliberação n.º 173/13 aprovada pela Câmara e Assembleia Municipal e em conformidade com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro que regulam o quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, foi revisto o tarifário estipulado pelo regulamento de ocupação de espaço público, da atividade de venda ambulante, bem como, as alterações ao regulamento de publicidade e propaganda, e ao regulamento e tabela de taxas Municipais.

Relativamente a este item não foi inscrito para esta medida qualquer acréscimo ou impacto na receita em sede de PAF.

Há no entanto que salientar, que comparativamente ao primeiro semestre de 2014, registou-se um desvio positivo de cerca de 37,5 mil euros (+29%).

## **Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município**

Aprovada pela Assembleia Municipal de Portimão, em 26 de Julho de 2013, a Taxa Municipal de Proteção Civil, aplica-se às pessoas singulares ou coletivas proprietárias de prédios urbanos ou rústicos situados no concelho de Portimão, considerando-se proprietário o sujeito passivo de Imposto Municipal sobre Imóveis.

O lançamento desta taxa foi uma das medidas previstas no PAF.

No que concerne às restantes taxas, o município desenvolveu um procedimento de otimização de cobrança e de fiscalização.

Além disso, o Município, tal como exigido no artigo 11º. Do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março, atualizou as taxas de acordo com a taxa de inflação.

Analisando a proposta inscrita no PAF para este item, estava previsto para o primeiro semestre do ano corrente, um acréscimo na receita no valor de 510,9 mil euros.

A 30 de Junho de 2015, foi registado um valor superior, obtendo-se um desvio positivo comparativamente à receita gerada no período homólogo de 2014, no valor de 229,8 mil euros (+62%).

Apesar de ter superado o valor do primeiro semestre de 2014 o mesmo não atingiu o valor esperado inscrito no PAF, com a aplicação das medidas, incorrendo neste caso um desvio negativo global em cerca de 281,1 mil euros (-55%) em relação ao PAF, ou seja, ao valor previsto de receita (mais 510,9 mil euros face ao semestre de 2014) ainda ficou por atingir a receita de 281,1 mil euros.

## **Venda de património**

O Município, no âmbito da preparação da candidatura ao PAEL, procedeu à inventariação do património imobiliário municipal, com vista à sua otimização.

A venda de bens de investimento reporta essencialmente à redução do capital social da EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M., medida prevista no PAF.

Para este item, em sede de PAF, não foi previsto qualquer impacto para o ano de 2015.

No entanto acrescenta-se, que comparativamente ao primeiro semestre de 2014, verificou-se um desvio negativo de cerca de 396,4 mil euros (-5%).

## **Rendimentos de propriedade**

Esta receita é constituída essencialmente, pelo produto das rendas de terrenos, de juros de depósitos à ordem, das rendas do subsolo (EDP) e de dividendos de empresas participadas pelo Município.



Em sede de PAF, e para o ano de 2015, registaram-se 318,4 mil euros de verba adicional nas receitas desta natureza (159,2 mil euros para o semestre).

Na avaliação para o primeiro semestre em termos comparativos com o mesmo período de 2014, verificou-se um acréscimo destas receitas em 895,3 mil euros (+107%), contabilizando-se 1,7 milhão de euros nos primeiros seis meses do ano.

Neste sentido, foi possível atingir e superar o valor previsto de 159,2 mil euros registados no PAF, originando um desvio global de mais 736,1 mil euros (-159,2 mil euros + 895,3 mil euros).

Para além dos 159,2 mil euros previstos receber a mais pelo PAF, no primeiro semestre de 2015, face ao mesmo período de 2014, a receita atingiu os 833,9 mil euros registados em 2014.

O desvio verificou-se essencialmente pela distribuição de dividendos por parte de empresas participadas pelo Município.

## **Medidas do lado da Despesa**

O Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Portimão incluiu medidas de contenção das despesas corrente e de capital.

Desta forma, importa observar as rubricas com maior expressão na globalidade das despesas do Município.

Uma primeira análise, permite concluir que as rubricas com maior relevância para o Município de Portimão e, como tal, as que devem ser observadas e analisadas com maior cuidado são:

## **Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com pessoal**

As medidas de contenção da despesa corrente, em particular da despesa com pessoal, inclui, fundamentalmente, medidas de melhoria na gestão de recursos humanos, nomeadamente:

- Estabelecimento da regra de contratação de “1 entrada por cada 5 saídas” durante o período de vigência do Plano de Ajustamento Financeiro;
- Racionalização da prestação de serviços, análise de valores mensais e fixação de requisitos para as novas contratações e renovações;
- Anulação de todos os concursos externos de ingresso em curso;
- Redução da despesa com horas extraordinárias;
- Cumprimento dos índices de redução do n.º de colaboradores, conforme disposto no Orçamento do Estado.

Estava prevista com a aplicação das medidas descritas anteriormente para o primeiro semestre de 2015, uma redução nos custos com pessoal na ordem de 390,5 mil euros.

No entanto, observou-se um acréscimo desta despesa relativamente ao período homólogo do ano anterior, agravando-se a despesa em cerca de 354,2 mil euros.

Obteve-se um desvio global negativo face ao impacto previsto de cerca de 744,8 mil euros (+191%) em relação ao PAF, ou seja, ao valor que se esperava reduzir, foi acrescido a despesa extraordinária com o agravamento dos custos nesta rubrica (390,5 mil euros + 354,2 mil euros).

Esta situação tem essencialmente haver com os impactos do efeito internalização das atividades da Portimão Urbis no Município de Portimão.

### **Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com aquisição de bens e serviços correntes e de capital**

Relativamente a esta medida, importa destacar os encargos mais relevantes, nomeadamente eletricidade, encargos de cobrança, rendas e alugueres, água, seguros, comunicações, contratos de manutenção e assistência técnica e combustíveis, uma vez que a abordagem à redução dos encargos incorridos em cada um será diferente.

Em sede de PAF, para o primeiro semestre do ano de 2015 estava prevista uma redução destes custos na ordem de 3,5 milhões de euros com a aplicação das medidas.

Contudo, observou-se um acréscimo nesta despesa em cerca de 7,2 milhões de euros relativamente ao período homólogo do ano anterior, assim obteve-se um desvio negativo face ao impacto previsto em sede de PAF, cerca de 10,7 milhões euros (303%), ou seja estava inscrito no PAF uma redução de 3,5 milhões de euros, para a diminuição de custos desta natureza, no primeiro semestre de 2015, no entanto foram acrescidos 7,2 milhões de euros em custos, ficando por atingir 10,7 milhões de euros.

É que apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu, através de fundos próprios (aplicação das medidas previstas para a receita), realizar pagamentos de faturas em atraso.

### **Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com transferências correntes, de capital e subsídios**

A despesa efetiva deste tipos de prestações, refere-se, na sua maioria, a:

- Transferências para Instituições sem Fins Lucrativos;
- Subsídios concedidos a Empresas Municipais e Intermunicipais e Associações do Município;
- Comparticipação nas rendas habitacionais.

Nesta rubrica de custos com transferências correntes e de capital, para o primeiro semestre de 2015, não foi prevista qualquer redução com a aplicação das medidas, no entanto comparativamente com o mesmo período de 2014, foi registado um acréscimo de cerca de 1,7 milhões de euros (+133%).

Já no que concerne com os custos de Subsídios e atribuição dos mesmos, para o ano de 2015 também não foram previstas reduções inscritas no PAF, com a implementação das medidas, no entanto foram registados para o primeiro semestre, face ao período homólogo de 2014 um valor superior de 397,4 mil euros (+21%).

É que apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu, através de fundos próprios (aplicação das medidas previstas para a receita), realizar pagamentos de faturas em atraso.

### **QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA**

De acordo com o disposto na legislação do PAEL, o Programa de Ajustamento Financeiro em vigor no Município terá, obrigatoriamente de ser monitorizado no 1.º e 2.º semestre do ano económico.

Desta feita, proceder-se-á a uma análise dos desvios (positivos e negativos), do Quadro III – Evolução Previsional da Receita e da Despesa, anexo ao Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Portimão atualmente em vigor.

Esta análise será feita pelas rubricas definidas no quadro III e teve em linha de conta a utilização do critério semestral.

#### **Receitas correntes**

O valor cobrado no 1º semestre de 2015 referente ao *IMI*, registou um desvio negativo de cerca de 4,1 milhões de euros (-28,4%), relativamente ao valor estimado no PAF. Contudo, importa referir que a metodologia usada para a repartição anual do valor previsto não é comparável com a arrecadação anual de IMI, isto é, 2/3 do valor total são arrecadados no 2º semestre.

Quanto à arrecadação da receita de *IMT*, verificou-se um desvio negativo de cerca de 843,1 mil euros (-23,3%), relativamente ao valor estimado no PAF. Este registo negativo deve-se fundamentalmente à quebra de transação de imóveis.

A arrecadação relativa à *Derrama*, registou um desvio negativo na ordem dos 424.877,31€ (-80,5%) relativamente ao valor estimado no PAF. Importa ainda referir que arrecadação da receita relativa à *Derrama* tem impacto essencialmente no 2º semestre do ano.

Relativamente aos *outros Impostos*, o desvio é positivo em 218.417,60€ (+38,1%), relativamente ao valor estimado no PAF. Uma ligeira subestimativa desta receita.

Quanto às *Taxas, Multas e Outras Penalidades*, registaram no 1º semestre de 2015, um desvio negativo de 567.924,16€ (-78,3%) relativamente ao valor estimado no PAF. Acresce ainda que a liquidação da taxa de proteção civil só irá ocorrer no 2º semestre de 2015 e que a metodologia de análise utilizada neste relatório foi de dividir a receita esperada PAF por 2.

A arrecadação de *Rendimentos de Propriedade*, registou um desvio superior em 314.965,39€ (22,3%), relativamente ao valor estimado no PAF. Esta variação resultou essencialmente pelo acréscimo da distribuição de dividendos ao Município de Portimão.

Quanto às rubricas de *Transferências Correntes*, verificou-se um desvio positivo de 509.750,65€ (+14,1%), relativamente ao valor estimado no PAF. Subestimativa de transferências correntes da administração Central do Estado relativamente a *Serviços e Fundos Autónomos*.

No que se refere às rubricas de *Venda de Bens e Serviços Correntes*, verificou-se um desvio negativo de 831.241,56€ (-72,5%), relativamente ao valor estimado no PAF. Sob estimativa de *Venda de Bens, de Desperdícios, Resíduos e Refugos e Serviços*.

Por último, as rubricas de, *Outras Receitas Correntes*, registaram um desvio negativo em 200.393,08€ (-27,1%), relativamente ao valor estimado no PAF. Sob estimativa de

Indeminizações por Deterioração, Roubo e Extravio de bens Patrimoniais, de Indeminizações de estragos provocados por outrem em viaturas ou quaisquer equipamentos, de IVA Reembolsado e Diversas Receitas.

## Receitas de capital

Relativamente ao previsto para a *Venda de bens de investimento*, verificou-se um desvio negativo em cerca 380.806,68€ (-98%), relativamente ao valor estimado no PAF. De facto, não foi prevista qualquer estimativa para a subrubrica “venda de terrenos”, no entanto fez-se uma sob avaliação na rubrica “outros bens de investimento” no valor de 388.075,80€.

Por seu lado, as Transferências de capital, registaram um desvio negativo de 49.842,31€ (-8%), relativamente ao valor estimado no PAF.

Já no que se refere aos *ativos financeiros*, verificou-se um desvio positivo em 4,1 milhões de euros (11289%), relativamente ao valor estimado no PAF. Arrecadou-se uma receita superior ao esperado, arrecadação no município do valor referente à redução do capital social da EMARP.

Por ultimo, e no que se refere ás rubricas de Rep. não abatidas nos pagamentos, o desvio é positivo em 253.611,01€, relativamente ao valor estimado no PAF. Não foi feita qualquer estimativa no PAF para esta rubrica, no entanto existiram reposições de juros de factoring e regularizações de juros de empréstimos.

## Despesas correntes

Relativamente ao comportamento das Despesas com o Pessoal, verificou-se um desvio positivo de 162.550,03€ (+2,2%), relativamente ao valor estimado no PAF. Para tal contribuiu a internalização das atividades da Portimão Urbis no Município, absorvendo parte da força de trabalho e crescendo em cerca de 5%. Este efeito não estava previsto no PAF.

Por seu lado, as rubricas de Aquisição de Bens e Serviços, registaram um desvio positivo de 5.484.531,93€ (+153,6%), relativamente ao valor estimado no PAF. Desvio registado pela decisão de liquidação de faturas em atraso com valores até 50 mil euros. É que apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu, através de fundos próprios (aplicação das medidas previstas para a receita), realizar pagamentos de faturas em atraso.

Por outro lado, os *Juros e Outros Encargos*, tiveram um comportamento negativo de 1,3 milhões de euros (-38,9%), relativamente ao valor estimado no PAF. De facto, para esta rubrica estavam previstos o pagamento de juros remuneratórios relativos aos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, que não se verificou.

Quanto às transferências correntes, verificou-se um desvio positivo na ordem dos 355.780,65€ (+21,6%), relativamente ao valor estimado no PAF. Desvio registado pela subestimativa de algumas rubricas pertencentes às “transferências correntes”. É que apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu, através de fundos próprios (aplicação das medidas previstas para a receita), realizar pagamentos de faturas em atraso.

Já no que se refere às rubricas de Subsídios, verificou-se um desvio negativo em 472.030,93€ (-17,2%), relativamente ao valor estimado no PAF. Desvio registado pela insuficiência de estimativa.

Por último, e no que se refere às Outras despesas correntes verificou-se um desvio superior em 189.995,24€ (53,2%), relativamente ao valor estimado no PAF. Desvio registado pela insuficiência de estimativa. É que apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu, através de fundos próprios (aplicação das medidas previstas para a receita), realizar pagamentos de faturas em atraso.

## **Despesas de capital**

A rubrica de *Aquisição de Bens de Capital*, registou um desvio superior em 1.165.297,64€ relativamente ao valor estimado no PAF. Este desvio explica-se essencialmente pela não operacionalização dos empréstimos PAEL e Reequilíbrio Financeiro, no que se refere à dívida transitada. Não foram previstas despesas nas rubricas de Habitação, Edifícios e Construções Diversas. É que apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu, através de fundos próprios (aplicação das medidas previstas para a receita), realizar pagamentos de faturas em atraso.

As *Transferências de Capital*, tiveram um desvio superior em 933.257,24€, relativamente ao valor estimado no PAF. Foi feita despesa na rubrica de Transferência de Capital para empresas municipais não prevista no PAF. É que apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu, através de fundos próprios (aplicação das medidas previstas para a receita), realizar pagamentos de faturas em atraso.

Quanto à rubrica de Ativos Financeiros, verificou-se um desvio superior em 189,8 mil euros por falta de valor estimado no PAF, e que diz respeito à subscrição das unidades de participação pelo FAM por parte do Município.

Relativamente aos *Passivos Financeiros*, e pela sua não operacionalização do PAEL e Reequilíbrio Financeiro, ocorreu um desvio negativo de 2,6 milhões de euros (-73,5%), relativamente ao valor estimado no PAF.

## **QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP**

De acordo com o disposto na legislação do PAEL, o Programa de Ajustamento Financeiro em vigor no Município terá, obrigatoriamente de ser monitorizado no 1.º e 2.º semestre do ano económico.

Desta feita, proceder-se-á a uma análise dos desvios (positivos e negativos), do Quadro IV – Mapa Previsional da Evolução Dívida Por Curto e Medio e Longo Prazo e do Serviço da Dívida de EMLP, anexo ao Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Portimão atualmente em vigor.

### **Dívida de Curto prazo**

Nesta rubrica de *Empréstimos de Curto Prazo*, no primeiro semestre de 2015 o desvio manteve-se idêntico ao mesmo período de 2014, em 3 milhões de euros relativamente ao valor estimado no PAF. No PAF estava prevista a liquidação deste empréstimo com a utilização do empréstimo de Reequilíbrio Financeiro, que tal não aconteceu.

Na rubrica de Empréstimos de MLP – valor exigível de curto prazo, o desvio foi superior em 6,6 milhões de euros relativamente ao valor estimado no PAF. Estava prevista a liquidação deste empréstimo com a utilização do empréstimo de Reequilíbrio Financeiro que tal não aconteceu.

Ressalva-se que face ao período homólogo de 2014 foi amortizada a dívida em cerca de 831,4 mil euros, pois neste período estava registado um empréstimo em cerca de 7,5 milhões de euros sem estimativa no PAF.

Quanto aos *Fornecedores c/c*, e fundamentalmente por falta de liquidez e pela não operacionalização dos empréstimos do PAEL e Reequilíbrio Financeiro, o valor desta rubrica acumulou valores muito superiores aos esperados no PAF, originando um desvio superior a 92,6 milhões de euros (23635%).

Face ao período homólogo de 2014 a dívida foi reduzida em cerca de 8,1 milhões de euros (-8,1%), apesar de neste período se ter verificado uma subestimada no PAF, esta rubrica registou um valor executado em cerca de 101,2 milhões de euros.

A rubrica de *Fornecedores de imobilizado c/c*, devido às mesmas razões indicadas anteriormente, registou um desvio superior de cerca de 23,2 milhões de euros (+11501%), relativamente ao valor estimado no PAF.

Face ao período homólogo de 2014 a dívida foi reduzida em cerca de 3,1 milhões de euros (-11,9%), apesar de neste período se ter verificado uma subestimada no PAF, esta rubrica registou um valor executado em cerca de 26,7 milhões de euros.

A não aplicação do PAEL e mais uma vez a falta de liquidez de tesouraria, provocou um desvio superior em 774.381€ (+24868%) na rubrica *Estado e Outros Entes Públicos*.

No primeiro semestre de 2014 esta rubrica detinha um saldo de 743,6 mil euros agravando-se ligeiramente no mesmo período de 2015 em cerca de 4,1%, explicado pelo agravamento da carga fiscal.

No que respeita à rubrica *Administração Autárquica*, foi verificado um desvio superior em 621.865€, relativamente ao valor estimado no PAF, devido à falta de liquidez, a rubrica acumulou valores muito superiores ao esperado no PAF.

Comparativamente ao mesmo período de 2014 esta rubrica registou uma diminuição considerável no seu saldo em cerca de 324,3 mil euros (-34%).

Por último, a rubrica de *Outros Credores*, apresentou um desvio superior em 8,8 milhões de euros (21066%), relativamente ao valor estimado no PAF, também pelas razões anteriormente apresentadas.

Comparativamente ao mesmo período de 2014 esta rubrica registou uma diminuição considerável no seu saldo em cerca de 2,6 milhões de euros (-22,7%).

## **Dívida de Médio e longo prazo**

A não aplicação do processo PAEL, teve como consequências, os desvios negativos nas várias rubricas de empréstimos de médio e longo prazo, comparativamente ao valor proposto no PAF.

Assim, o desvio registado na rubrica de outros empréstimos de medio e longo prazo atingiu um desvio de – 42,5 milhões de euros face ao previsto no PAF.



## PLANO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO

## QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Município:		Portimão		Data:			30/06/2015
Descrição	Valores Apurados Semestre 2014 (acumulado)	Valores estimados no PAF para 2015		Valores Apurados Semestre 2015 (acumulado)	Desvio face ao previsto		Observação / Justificação
		Ano	Semestral		Semestral *		
					Valor Absoluto	Valor %	
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	751 615,27	10 212 237,68	5 106 118,84	1 151 917,51	-3 954 201,33	-77%	
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	71 202,35	0,00	0,00	253 611,01	253 611,01		
A3. Receita efetiva	19 155 279,55	56 770 107,81	28 385 053,90	21 913 478,65	-6 471 575,25	-23%	
A3.1. Receita corrente	18 543 496,52	54 748 231,74	27 374 115,87	21 331 264,52	-6 042 851,35	-22%	Excesso de estimativa aliado à metodologia de repartição do IMI em 3 Tranches (Maio, Agosto e Dezembro), sendo que 2/3 da receita diz respeito ao 2º semestre
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.)	611 783,03	2 021 876,07	1 010 938,03	582 214,13	-428 723,90	-42%	
... da qual			0,00		0,00		
A3.2.1. Venda de bens de investimento	7 665,54	776 151,59	388 075,80	7 269,12	-380 806,68	-98%	Excesso de estimativa no PAF
A4. Despesa efetiva	15 464 377,67	38 798 929,84	19 399 464,92	25 940 573,81	6 541 108,89	34%	Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu efectuar pagamentos de faturas em atraso através de fundos próprios
A4.1. Correntes	15 001 655,74	38 202 506,39	19 101 253,20	23 543 807,20	4 442 554,00	23%	
... das quais			0,00				
A4.1.1. Juros	44 451,66	6 579 448,27	3 289 724,13	2 011 451,22	-1 278 272,91	-39%	
a. Resultantes do PAEL		2 999 713,00	1 499 856,50		-1 499 856,50	-100%	O PAEL não foi operacionalizado
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	44 451,66	3 579 735,26	1 789 867,63	53 688,01	-1 736 179,62	-97%	O reequilíbrio financeiro não foi operacionalizado
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	1 957 763,21	1 957 763,21		Pagamento de juros de operações de "factoring"
A4.1.2. Despesas com pessoal	7 307 904,07	14 999 201,33	7 499 600,66	7 662 150,69	162 550,03	2%	Insuficiência de estimativa no PAF. Os valores realizados no 1º semestre de 2015 tem o efeito de internalização de atividades (pessoas) da Portimão Urbis no Município de Portimão. Recorde-se que em sede de PAF não estava previsto o processo de internalização no Município de Portimão da Portimão Urbis.
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	462 721,93	596 423,45	298 211,73	2 396 766,61	2 098 554,88	704%	Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu efectuar pagamentos de faturas em atraso através de fundos próprios
A5. Saldo global	3 690 901,88	17 971 177,96	8 985 588,98	-4 027 095,16	-13 012 684,14	-145%	
A5.1. Saldo corrente	3 541 840,78	16 545 725,34	8 272 862,67	-2 212 542,68	-10 485 405,35	-127%	Desvio resultante da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu efectuar pagamentos de faturas em atraso através de fundos próprios.
A5.2. Saldo de capital	149 061,10	1 425 452,62	712 726,31	-1 814 552,48	-2 527 278,79	-355%	Desvio resultante da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu efectuar pagamentos de faturas em atraso através de fundos próprios.
A6. Saldo primário	3 735 353,54	24 550 626,23	12 275 313,11	-2 015 643,94	-14 290 957,05	-116%	Desvio resultante da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município conseguiu efectuar pagamentos de faturas em atraso através de fundos próprios.
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	-2 362 464,21	73 449,29	36 724,64	3 992 833,95	3 956 109,31	10772%	Desvio devido à receita proveniente da redução Capital - EMARP - Medida prevista no PAF
A7.1. Receitas de ativos financeiros	1 483 558,28	73 449,29	36 724,64	4 182 625,95	4 145 901,31	11289%	Desvio devido à receita proveniente da redução Capital - EMARP - Medida prevista no PAF
A7.2. Despesas de ativos financeiros	3 846 022,49	0,00	0,00	189 792,00	189 792,00		Este valor diz respeito à subscrição de unidades de participação do FAM
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	-1 392 633,23	-7 172 679,75	-3 586 339,87	-951 155,85	2 635 184,02	-73%	
A8.1. Receitas de passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			
A8.2. Despesas de passivos financeiros	1 392 633,23	7 172 679,75	3 586 339,87	951 155,85	-2 635 184,02	-73%	Não operacionalização dos empréstimos do PAEL e reequilíbrio financeiro
a. Resultantes do PAEL	0,00	3 900 351,87	1 950 175,94		-1 950 175,94	-100%	Não operacionalização dos empréstimos do PAEL
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1 392 633,23	3 272 327,88	1 636 163,94	951 155,85	-685 008,09	-42%	Não operacionalização dos empréstimos do PAEL e reequilíbrio financeiro
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
A9. Receita total	20 710 040,18	56 843 557,09	28 421 778,55	26 349 715,61	-2 072 062,94	-7%	
A10. Despesa total	20 703 033,39	45 971 609,59	22 985 804,80	27 081 521,66	4 095 716,86	18%	
A11. Saldo para a gerência seguinte	758 622,06	21 084 185,18	10 542 092,59	420 111,46	-10 121 981,13	-96%	
A12. Serviço da dívida	1 437 084,89	13 752 128,01	6 876 064,01	2 962 607,07	-3 913 456,94	-57%	Desvio resultante da não operacionalização dos empréstimos do PAEL e reequilíbrio financeiro
A13. Endividamento total	162 936 696,00	153 110 185,90	76 555 092,95	146 976 738,52	70 421 645,57	92%	Desvio resultante da não operacionalização dos empréstimos do PAEL e reequilíbrio financeiro
A13.1. Bancário	20 893 501,44	140 275 907,92	70 137 953,96	18 180 207,97	-51 957 745,99	-74%	Desvio resultante da não operacionalização dos empréstimos do PAEL e reequilíbrio financeiro
A13.1.1. Médio e longo prazo	17 893 501,44	140 275 907,92	70 137 953,96	15 180 207,97	-54 957 745,99	-78%	Desvio resultante da não operacionalização dos empréstimos do PAEL e reequilíbrio financeiro
a. Resultante do PAEL	0,00	89 258 437,06	44 629 218,53	0,00	-44 629 218,53	-100%	Desvio resultante da não operacionalização dos empréstimos do PAEL e reequilíbrio financeiro
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	17 893 501,44	51 017 470,86	25 508 735,43	15 180 207,97	-10 328 527,46	-40%	Desvio resultante da não operacionalização dos empréstimos do PAEL e reequilíbrio financeiro
A13.1.2. Curto prazo	3 000 000,00	0,00	0,00	3 000 000,00	3 000 000,00		Desvio resultante da não operacionalização dos empréstimos do PAEL e reequilíbrio financeiro
A13.2. Fornecedores	127 835 768,80	594 277,98	297 138,99	116 488 923,01	116 191 784,02	39104%	Desvio resultante da não operacionalização dos empréstimos do PAEL e reequilíbrio financeiro
A13.3. Outra dívida a terceiros não financeira	14 207 425,76	12 240 000,00	6 120 000,00	12 307 607,54	6 187 607,54	101%	Desvio resultante da não operacionalização dos empréstimos do PAEL e reequilíbrio financeiro
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	1 055	21	21	1 055			

c) Corresponde à conta 2312 (incluindo designadamente os empréstimos do IHRU/INFI)

\* Para efeitos análise, considerou-se metade do valor anual previsto

## QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Município:		Portimão		Data:						30/06/2015
Descrição das medidas	Análise dos impactos das Medidas 2014	Análise dos impactos das Medidas 2015							Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho,...)	
	Valor executado 1º semestre	Valor das medidas (previstos) no âmbito do PAF Aumento/Redução		Valor executado 1º semestre	Δ em valor absoluto - valores do semestre corrente e semestre anterior	Δ em valor percent. - valores do semestre corrente e semestre anterior	Δ em valor absoluto - valor da variação do executado face ao semestre anterior e o valor da medida previsto	Δ em percent. - valor da variação do executado face ao semestre anterior e o valor da medida previsto		
		Semestre *	Ano							Semestre *
<b>B.1 Aumento da receita</b>										
1. Fixação nas taxas máximas do IMI - Avaliação Geral de Imóveis	9 757 794,64	13 112 782,39	6 556 391,20	10 345 888,72	588 094,08	6%	-5 968 297,12	-91%	Excesso de estimativa no PAF	
3. Fixação na taxa máxima da derrama	77 816,98	1 055 661,15	527 830,57	102 953,26	25 136,28	32%	-502 694,29	-95%	Esta receita tem maior impacto no 2º semestre	
4. Fixação nas taxas máximas da participação no IRS nos termos da Lei das Finanças Locais	732 937,00			1 025 460,00	292 523,00	40%	292 523,00		Insuficiência de estimativa no PAF	
5. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	129 299,90			166 856,54	37 556,64	29%	37 556,64			
6. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	370 321,59	1 021 908,03	510 954,01	600 127,31	229 805,72	62%	-281 148,29	-55%		
7. Aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível da aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do município							0,00			
8. Venda de património	7 665,54	0,00	0,00	7 269,12	-396,42	-5%	-396,42			
9. Rendimentos de propriedade	833 933,86	318 393,13	159 196,57	1 729 265,55	895 331,69	107%	736 135,12	462%	Insuficiência de estimativa	
10. Transferências correntes	3 177 955,56	0,00	0,00	3 096 972,38	-80 983,18	-3%	-80 983,18			
... discriminar cada medida numa linha										
<b>Total Aumento de receita (B.1)</b>	<b>15 087 725,07</b>	<b>15 508 744,70</b>	<b>7 754 372,35</b>	<b>17 074 792,88</b>	<b>1 987 067,81</b>	<b>13%</b>	<b>-5 767 304,54</b>	<b>-74%</b>		
<b>B.2 Redução da despesa</b>										
10. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com pessoal	7 307 904,07	781 130,67	390 565,34	7 662 150,69	354 246,62	5%	744 811,96	191%		
11. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com aquisição de bens e serviços correntes e de capital	3 239 580,96	7 103 138,39	3 551 569,19	10 444 626,88	7 205 045,92	222%	10 756 615,11	303%	Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL. E reequilíbrio financeiro, o Município realizou pagamentos de faturas em atraso utilizando fundos próprios.	
12. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com transferências correntes e de capital	1 292 364,48	0,00	0,00	3 007 535,79	1 715 171,31	133%	1 715 171,31		Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL. E reequilíbrio financeiro, o Município realizou pagamentos de faturas em atraso utilizando fundos próprios.	
13. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais										
14. Subsídios	1 870 319,44	0,00	0,00	2 267 791,89	397 472,45	21%	397 472,45			
... discriminar cada medida numa linha										
<b>Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)</b>	<b>13 710 168,95</b>	<b>7 884 269,06</b>	<b>3 942 134,53</b>	<b>23 382 105,25</b>	<b>9 671 936,30</b>	<b>71%</b>	<b>13 614 070,83</b>	<b>345%</b>		
<b>B.3 Outras medidas</b>										
15. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)										
16. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)										
17. Outras medidas b)										
... discriminar cada medida numa linha										
<b>Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>			
<b>Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)</b>	<b>28 797 894,02</b>	<b>23 393 013,76</b>	<b>11 696 506,88</b>	<b>40 456 898,13</b>	<b>11 659 004,11</b>	<b>40%</b>	<b>7 846 766,29</b>	<b>67%</b>		

b) Indicação do tipo de impacto que podem ter: no caso de aumento de receitas indicar com sinal positivo; no caso de aumento da despesa indicar com sinal negativo.

c) Devem ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrescentar as linhas necessárias.

\* Para efeitos análise, considerou-se a metade do valor anual previsto

Relatório dos desvios ocorridos ao Plano de Ajustamento Financeiro – 1º semestre de 2015

**DEFINIÇÃO DOS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2015**

IMPOSTOS MUNICIPAIS	INCIDENCIA	BASE LEGAL	PERCEN. TAXA APLICADA	DATA DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	DATA DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
APLICAÇÃO DAS TAXAS MAXIMAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS	SOBRE O VALOR PATRIMONIAL DOS PREDIOS RUSTICOS REAVALIADOS	ALINEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 11.º DO DECRETO-LEI N.º 38/2008, DE 7 DE MARÇO	0,8%	02/09/2014	22/09/2014
	SOBRE O VALOR PATRIMONIAL DOS PREDIOS URBANOS NÃO AVALIADOS		0,8%	02/09/2014	22/09/2014
	SOBRE O VALOR PATRIMONIAL DOS PREDIOS URBANOS AVALIADOS		0,5%	02/09/2014	22/09/2014
	SOBRE O VALOR PATRIMONIAL DOS PREDIOS URBANOS NÃO AVALIADOS DEVOLUTOS HÁ MAIS DE UM ANO	ARTIGO 112.º DO CODIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS (CIMI)	2,4%	02/09/2014	22/09/2014
	SOBRE O VALOR PATRIMONIAL DOS PREDIOS URBANOS AVALIADOS DEVOLUTOS HÁ MAIS DE UM ANO		1,5%	02/09/2014	22/09/2014
APLICAÇÃO DA TAXA MAXIMA DA DERRAMA	SOBRE OS RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS ÀS EMPRESAS REGISTRADAS NO MUNICIPIO SUJEITAS A IRC	N.º 2 DO ARTIGO 12.º DA LEI N.º 2/2007 (LEI DAS FINANÇAS LOCAIS)	1,5%	02/09/2014	22/09/2014
APLICAÇÃO DA TAXA MAXIMA DA PARTICIPAÇÃO NO IRS	SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICILIO FISCAL NA RESPECTIVA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL, RELATIVA AOS RENDIMENTOS DO ANO IMEDIATAMENTE ANTERIOR, CALCULADA SOBRE A RESPECTIVA COLECTA LIQUIDA DAS DEDUÇÕES PREVISTAS	N.º 2 DO ARTIGO 20.º DA LEI N.º 2/2007 (LEI DAS FINANÇAS LOCAIS)	5%	02/09/2014	22/09/2014
APLICAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL	SOBRE O VALOR PATRIMONIAL DOS PREDIOS URBANOS E RUSTICOS	REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL N.º 3 DO ART.º 4,	0,02%	17/07/2013	26/07/2013

## QUADRO III: PLANO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO

Município:		Portimão		Data:		30/06/2015	
Descrição	Valores candidatura		Valores Executados 2015	Desvio face ao previsto		Observação / Justificação	
	Valores estimados no PAF para 2015			Semestral *			
	Ano	Semestral *	Semestral *	Valor Absoluto	Valor em %		
Receitas correntes	54 748 231,74	27 374 115,87	21 331 264,52	-6 042 851,35	-22,08%		
Impostos directos	38 372 307,14	19 186 153,57	14 024 969,62	-5 161 183,95	-26,90%		
IMI	28 914 834,16	14 457 417,08	10 345 888,72	-4 111 528,36	-28,44%	Excesso de estimativa aliado à metodologia adoptada para o cálculo do primeiro semestre, quando no 1º semestre a receita de IMI é apenas 1/3	
IMI	7 254 599,44	3 627 299,72	2 784 103,84	-843 195,88	-23,25%	Excesso de estimativa no PAF	
Derrama	1 055 661,15	527 830,57	102 953,26	-424 877,31	-80,50%	Excesso de estimativa. Esta receita tem impacto no 2º semestre	
Outros	1 147 212,39	573 606,20	792 023,80	218 417,60	38,08%	Insuficiência de estimativa	
Impostos indirectos	1 096 339,20	548 169,60	441 344,96	-106 824,64	-19,49%	Excesso de estimativa	
Taxas, multas e outras penalidades	1 450 338,03	725 169,01	157 244,85	-567 924,16	-78,32%		
Taxas	1 373 401,98	686 700,99	133 146,55	-553 554,44	-80,61%	Taxa protecção civil; tem impacto no 2º semestre, excesso de estimativa	
Multas	76 936,05	38 468,02	24 098,30	-14 369,72	-37,35%		
Rendimentos da propriedade	2 831 693,55	1 415 846,78	1 730 812,17	314 965,39	22,25%	Estimativa insuficiente nomeadamente ao componente de dividendos	
Transferências correntes	7 225 363,46	3 612 681,73	4 122 432,38	509 750,65	14,11%	Insuficiência de estimativa no PAF	
Venda de bens e serviços correntes	2 292 741,37	1 146 370,69	315 129,13	-831 241,56	-72,51%		
Venda de bens	19 481,85	9 740,92	8 541,47	-1 199,45	-12,31%		
Serviços	1 963 960,57	981 980,29	166 856,54	-815 123,75	-83,01%	Excesso de estimativa no PAF	
Rendas	309 298,95	154 649,48	139 731,12	-14 918,36	-9,65%		
Outras receitas correntes	1 479 448,99	739 724,49	539 331,41	-200 393,08	-27,09%	Excesso de estimativa no PAF	
Receitas de capital	2 095 325,36	1 047 662,68	4 764 840,08	3 717 177,40	354,81%		
Venda de bens de investimento	776 151,59	388 075,80	7 269,12	-380 806,68	-98,13%		
Terrenos	0,00	0,00	7 269,12	7 269,12			
Habitacões	0,00	0,00	0,00	0,00			
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros bens de investimento	776 151,59	388 075,80	0,00	-388 075,80	-100,00%	Excesso de estimativa no PAF	
Transferências de capital	1 245 724,48	622 862,24	573 019,93	-49 842,31	-8,00%		
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	958 249,60	479 124,80	95 952,00	-383 172,80	-79,97%	Alteração de estrutura das componentes das transferencias do O. E., não estava previsto no PAF	
Ativos financeiros	73 449,29	36 724,64	4 182 625,95	4 145 901,31	11289,15%	Receita relativa à redução do capital Social da EMARP. Medida prevista no PAF.	
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras receitas de capital	0,00	0,00	1 925,08	1 925,08			
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	253 611,01	253 611,01			
<b>Total receita</b>	<b>56 843 557,09</b>	<b>28 421 778,55</b>	<b>26 349 715,61</b>	<b>-2 072 062,94</b>	<b>-7,29%</b>		
<b>Receitas correntes</b>	<b>54 748 231,74</b>	<b>27 374 115,87</b>	<b>21 331 264,52</b>	<b>-6 042 851,35</b>	<b>-22,08%</b>		
<b>Receitas de capital</b>	<b>2 095 325,36</b>	<b>1 047 662,68</b>	<b>4 764 840,08</b>	<b>3 717 177,40</b>	<b>354,81%</b>		

## QUADRO III: PLANO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO

Município:		Portimão		Data:		30/06/2015	
Descrição	Valores candidatura		Valores Executados 2015	Desvio face ao previsto		Observação / Justificação	
	Valores estimados no PAF para 2015			Semestral *			
	Ano	Semestral *	Semestral *	Valor Absoluto	Valor em %		
<b>Despesas correntes</b>	<b>38 202 506,39</b>	<b>19 101 253,20</b>	<b>23 543 807,20</b>	<b>4 442 554,00</b>	<b>23,26%</b>		
Despesas com o pessoal	14 999 201,33	7 499 600,66	7 662 150,69	162 550,03	2,17%		
Remunerações certas e permanentes	11 759 891,72	5 879 945,86	6 014 684,85	134 738,99	2,29%	No PAF não estava contemplado o efeito da internalização	
Abonos variáveis ou eventuais	250 000,00	125 000,00	186 369,19	61 369,19	49,10%		
Segurança social	2 989 309,61	1 494 654,80	1 461 096,65	-33 558,15	-2,25%	No PAF não estava contemplado o efeito da internalização	
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>7 138 425,61</b>	<b>3 569 212,81</b>	<b>9 053 744,74</b>	<b>5 484 531,93</b>	<b>153,66%</b>		
Aquisição de bens	740 980,26	370 490,13	419 188,05	48 697,92	13,14%		
Aquisição de serviços	6 397 445,35	3 198 722,68	8 634 556,69	5 435 834,01	169,94%	Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município procedeu ao pagamento de faturas em atraso através de excedente de tesouraria.	
Juros e outros encargos	6 579 448,27	3 289 724,13	2 011 451,22	-1 278 272,91	-38,86%	Não operacionalização do PAEL e Reequilíbrio	
Resultantes do PAEL	2 999 713,00	1 499 856,50		-1 499 856,50	-100,00%	Não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	3 579 735,26	1 789 867,63	53 688,01	-1 736 179,62	-97,00%	Não operacionalização do reequilíbrio financeiro	
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	1 957 763,21	1 957 763,21		Referente ao pagamento de juros de operação de "Factoring"	
<b>Transferências correntes</b>	<b>3 291 741,34</b>	<b>1 645 870,67</b>	<b>2 001 651,32</b>	<b>355 780,65</b>	<b>21,62%</b>		
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00			
Freguesias	136 502,52	68 251,26	9 800,00	-58 451,26	-85,64%		
Associações de municípios	52 081,56	26 040,78	103 606,47	77 565,69	297,86%		
Instituições sem fins lucrativos	1 774 532,74	887 266,37	1 228 196,11	340 929,74	38,42%	Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município procedeu ao pagamento de faturas em atraso através de excedente de tesouraria.	
Famílias	509 609,40	254 804,70	146 820,63	-107 984,07	-42,38%	Excesso de estimativa no PAF	
Outras	819 015,11	409 507,56	513 228,11	103 720,55	25,33%	Insuficiência de estimativa no PAF	
<b>Subsídios</b>	<b>5 479 645,64</b>	<b>2 739 822,82</b>	<b>2 267 791,89</b>	<b>-472 030,93</b>	<b>-17,23%</b>		
Empresas públicas municipais e intermunicipais	5 479 645,64	2 739 822,82	2 261 791,89	-478 030,93	-17,45%	Excesso de estimativa no PAF	
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros	0,00	0,00	6 000,00	6 000,00			
Outras despesas correntes	714 044,20	357 022,10	547 017,34	189 995,24	53,22%	Insuficiência de estimativa no PAF	
<b>Despesas de capital</b>	<b>7 769 103,20</b>	<b>3 884 551,60</b>	<b>3 537 714,46</b>	<b>-346 837,14</b>	<b>-8,93%</b>	Insuficiência de estimativa	
Aquisição de bens de capital	451 169,00	225 584,50	1 390 882,14	1 165 297,64	516,57%	Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município procedeu ao pagamento de faturas em atraso através de excedente de tesouraria.	
Investimentos	451 169,00	225 584,50	1 390 882,14	1 165 297,64	516,57%	Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município procedeu ao pagamento de faturas em atraso através de excedente de tesouraria.	
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00			
Habitacões	0,00	0,00	14 539,93	14 539,93		Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município procedeu ao pagamento de faturas em atraso através de excedente de tesouraria.	
Edifícios	0,00	0,00	526 315,74	526 315,74		Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município procedeu ao pagamento de faturas em atraso através de excedente de tesouraria.	
Construções diversas	0,00	0,00	602 955,75	602 955,75		Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município procedeu ao pagamento de faturas em atraso através de excedente de tesouraria.	
Outros	451 169,00	225 584,50	247 070,72	21 486,22	9,52%		
Locação financeira	0,00	0,00		0,00			
Bens de domínio público	0,00	0,00		0,00			
<b>Transferências de capital</b>	<b>145 254,45</b>	<b>72 627,23</b>	<b>1 005 884,47</b>	<b>933 257,24</b>	<b>1285,00%</b>		
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	849 962,73	849 962,73		Insuficiência de estimativa no PAF	
Freguesias	0,00	0,00	0,00	0,00			
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	0,00			
Instituições sem fins lucrativos	41 214,45	20 607,23	155 921,74	135 314,51	656,64%	Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município procedeu ao pagamento de faturas em atraso através de excedente de tesouraria.	
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras	104 040,00	52 020,00	0,00	-52 020,00	-100,00%		
Activos financeiros	0,00	0,00	189 792,00	189 792,00		Subscrição das unidades de participação do FAM por parte do Município de Portimão	
<b>Passivos financeiros</b>	<b>7 172 679,75</b>	<b>3 586 339,87</b>	<b>951 155,85</b>	<b>-2 635 184,02</b>	<b>-73,48%</b>		
Resultantes do PAEL	3 900 351,87	1 950 175,94		-1 950 175,94	-100,00%	Não operacionalização do empréstimo PAEL	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	3 272 327,88	1 636 163,94	951 155,85	-685 008,09	-41,87%	Não operacionalização do empréstimo / reequilíbrio financeiro	
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00			
<b>Total despesa</b>	<b>45 971 609,59</b>	<b>22 985 804,80</b>	<b>27 081 521,66</b>	<b>4 095 716,86</b>	<b>17,82%</b>	Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município procedeu ao pagamento de faturas em atraso através de excedente de tesouraria: Melhoria do executado face ao previsto	
<b>Despesa corrente</b>	<b>38 202 506,39</b>	<b>19 101 253,20</b>	<b>23 543 807,20</b>	<b>4 442 554,00</b>	<b>23,26%</b>	Apesar da não operacionalização dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, o Município procedeu ao pagamento de faturas em atraso através de excedente de tesouraria: Melhoria do executado face ao previsto	
<b>Despesa de capital</b>	<b>7 769 103,20</b>	<b>3 884 551,60</b>	<b>3 537 714,46</b>	<b>-346 837,14</b>	<b>-8,93%</b>	Insuficiência de estimativa no PAF.	
<b>Saldo (Receita - Despesa)</b>	<b>10 871 947,50</b>	<b>5 435 973,75</b>	<b>-731 806,05</b>	<b>-6 167 779,80</b>	<b>-113,46%</b>	Insuficiência de estimativa	

\* Para efeitos de análise, considerou-se a metade do valor anual previsto

## QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP

Município:

Portimão

30/06/2015

(euros)

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO						
Descrição	Valores Executados 2014	Valores candidatura	Valores Executados 2015	Desvio face ao previsto		Observação / Justificação
	Semestral *		Semestral *	Semestral *		
		Ano		Valor Absoluto	Valor %	
<b>Dívida de Curto prazo</b>	<b>151 838 409</b>	<b>649 661</b>	<b>136 492 070</b>	<b>135 842 409</b>	<b>20909,75%</b>	
Empréstimos de CP	3 000 000	0	3 000 000	3 000 000		Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	7 494 847	0	6 663 449	6 663 449		Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro
Outra	<b>141 343 563</b>	<b>649 661</b>	<b>126 828 621</b>	<b>126 178 960</b>	<b>19422,29%</b>	
Fornecedores c/c	101 170 891	391 822	93 000 285	92 608 463	23635,34%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro
Fornecedores de imobilizado c/c	26 664 878	202 456	23 488 638	23 286 182	11501,85%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro
Estado e Outros Entes Públicos	743 610	3 114	777 495	774 381	24868,09%	
Adiantamentos Clientes, contribuintes e utentes	295 963	2 594	32 705	30 111	1160,73%	
Administração autárquica	953 806	7 627	629 492	621 865	8153,61%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro
Outros credores	11 514 415	42 048	8 900 006	8 857 958	21066,42%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro
<b>Subtotal Curto prazo</b>	<b>151 838 409</b>	<b>649 661</b>	<b>136 492 070</b>	<b>135 842 409</b>	<b>20909,75%</b>	
<b>Dívida de Médio e longo prazo</b>	<b>10 398 655</b>	<b>140 275 908</b>	<b>10 484 669</b>	<b>-129 791 239</b>	<b>-92,53%</b>	
Empréstimos	10 398 655	140 275 908	8 516 759	-131 759 149	-93,93%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro
No âmbito do PAEL	0	89 258 437			0,00%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL
Outros empréstimos de médio/longo prazo	10 398 655	51 017 471	8 516 759	-42 500 712	-83,31%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do Reequilíbrio Financeiro
Outra		0	1 967 910	1 967 910		
Fornecedores c/c		0		0		
Fornecedores de imobilizado c/c		0		0		
Estado e Outros Entes Públicos		0		0		
Clientes, contribuintes e utentes		0		0		
Administração autárquica		0		0		
Outros credores		0	1 967 910	1 967 910		Subscrição das unidades de participação no FAM por parte do Município.
<b>Subtotal Médio e longo prazo</b>	<b>10 398 655</b>	<b>140 275 908</b>	<b>10 484 669</b>	<b>-129 791 239</b>	<b>-92,53%</b>	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro
<b>Total da dívida</b>	<b>162 237 064</b>	<b>140 925 569</b>	<b>146 976 739</b>	<b>6 051 170</b>	<b>4,29%</b>	
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	<b>378 124</b>	<b>0</b>		<b>0</b>		
<b>Total da dívida de natureza orçamental</b>	<b>161 858 940</b>	<b>140 925 569</b>	<b>146 976 739</b>	<b>6 051 170</b>	<b>4,29%</b>	Insuficiência de estimativa

\* Para efeitos análise, considerou-se a metade do valor anual previsto